

PROMETEUS

FILOSOFIA EM REVISTA



PROMETEUS - VIVA VOX - DFL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
Ano 4 – número 8 Julho-Dezembro / 2011

RESENHA

BROADIE, A. *Introduction to medieval logic*. Segunda edição. Oxford: Clarendon Press, 2002.

Alexandre Cabeceiras
Doutor em Filosofia pelo IFCS – UFRJ
Viva Vox – DFL – UFS

Introduction to medieval logic, da autoria de Alexander Broadie, contém uma exposição temática introdutória da lógica medieval por tópicos elementares.

Nessa obra, Broadie, após discutir qual seria a melhor ordem de exposição para um texto sobre lógica medieval, decide tratar primeiro dos termos, depois das proposições e, por fim, das inferências. Mas, não se restringindo ao que era uniforme ou predominante na Idade Média, explora disputas envolvendo lógicos ou filósofos daquele período. Delimitando seu objeto, estabelece que a obra lidará, hegemonicamente, com material produzido no período entre a segunda metade do século XIII e o final do século XV, por considerar essa a fase mais produtiva no que se refere à lógica medieval.

No capítulo intitulado “Aspectos de Linguagem”, Broadie relaciona termos, proposições e inferências, passando depois à identificação dos termos, analisando-os enquanto representações ou mentais ou faladas ou escritas. Em seguida, é discutida a temporalidade das proposições, como consequência de terem *status* de representação mental, falada ou escrita, todas as quais pressupõem início e fim de sua existência no tempo. O capítulo termina com a distinção dos termos em categoremáticos e sincategoremáticos.

Considerado o universo dos termos, alguns são significativos, outros não. Dos significativos, alguns significam, outros não, mas, combinados com os que significam,

exercem uma função que completa uma significação. Os primeiros são categoremáticos, como ‘homem’, ‘cão’, os outros são sincategoremáticos, como ‘se’, ‘todo’.

No capítulo intitulado “Proposições Categóricas”, Broadie trata da identificação e da natureza das proposições categóricas, entendidas como enunciações capazes de significar algo verdadeiro ou falso, formadas de sujeito, cópula e predicado. A elas são adicionáveis termos sincategoremáticos, que alteram ou não sua estrutura básica. ‘Algum’, ‘todo’, ‘não’ não alteram. ‘Se’, ‘e’, ‘ou’ alteram. Proposições categóricas assim alteradas são chamadas moleculares. Segue uma comparação de diferentes listas de tais termos presentes nas moleculares, propostas por autores que acrescem outros aos três mencionados. Depois, Broadie expõe outro aspecto essencial das categóricas: sua capacidade de suposição, isto é, a capacidade de seus termos substituírem coisas. É inspecionada a classificação das suposições em materiais, simples e pessoais. As pessoais são tratadas em destaque. É apreciada uma polêmica sobre se só sujeito ou também predicado pode ter suposição. Em seguida é abordada a negação, enquanto envolve uma categórica formada de outra categórica. Depois são tratadas as categóricas envolvendo flexão de tempo. Quanto ao ponto, é assinalada a dependência das discussões relativamente a Aristóteles, em especial na questão dos futuros contingentes. Finalmente são tratadas as categóricas modais, restritivamente as que expressam possibilidade, necessidade, impossibilidade e contingência.

A quarta parte trata das proposições moleculares, chamadas *propositiones hypotheticae*, formadas pelos operadores de conjunção (‘e’), disjunção (‘ou’) e condicionalidade (‘se’). A discussão fica restrita às chamadas moleculares simples, isto é, às moleculares formadas por duas categóricas, mas inclui os elementos de modalidade e flexão temporal. As conjuntivas, disjuntivas e condicionais são tratadas, separadamente, nessa ordem. O foco principal se coloca sobre as condições de verdade. Nas conjuntivas, tais condições são facilmente estabelecidas e aceitas sem polêmica. Não obstante, alguns casos sobre compossibilidade, com complicadores de tempo e modo, são analisados. Quanto às disjuntivas, houve disputa sobre sua condição de verdade. É atribuída a Giles de Roma a defesa da interpretação correspondente à atualmente chamada disjunção exclusiva. A outra interpretação, correspondente à atualmente chamada disjunção inclusiva, é a predominante no período. Uma terceira posição, sustentada por Petrus Hispanus, tenta uma solução intermediária, reconhecida pela geração posterior de lógicos como logicamente insatisfatória. Finalmente, uma

longa inspeção é feita sobre as condições de verdade das condicionais, onde as disputas se mostram mais intensas e variadas que as ocorridas relativamente às conjuntivas e disjuntivas, ficando como único ponto pacífico que as condicionais devem ser entendidas modalmente, isto é, se uma condicional é verdadeira, a conjunção da antecedente com a negação da conseqüente é impossível.

No capítulo intitulado “Inferência Válida”, Broadie inicialmente lida com o problema de distinguir inferência de condicional, cuja distinção não era aceita por todos, nem explicada do mesmo modo pelos que a aceitavam. Inferência e condicional são formadas de antecedente e conseqüente. Partindo da distinção de seus conectivos, ‘se’ para condicionais, ‘portanto’ para inferências, são considerados quatro tópicos esclarecendo a diferença – três de ordem sintática, um de ordem semântica. Em seguida, é discutido como reconhecer uma inferência como tal. Duas posições, referidas por Buridan, são mencionadas: uma delas, a dele próprio, como correta, a outra como equivocada. Segundo esta, seria inferência um composto de um conjunto de proposições seguido por ‘portanto’ (ou sinônimo) seguido por outra proposição. Mas isso é rejeitado por Buridan sob a alegação que nada é inferência a menos que o conseqüente realmente proceda do antecedente. Daí segue a discussão da validade, originada da própria análise da definição de ‘inferência’. São avaliados o alcance e as objeções ao critério de validade, segundo o qual ‘é impossível o antecedente ser verdadeiro sem o conseqüente ser verdadeiro’. O capítulo termina com uma exposição sobre os tipos de validade.

No capítulo intitulado “Condições de Validade e Proposições Não Analisadas”, Broadie trata das regras de inferência aplicáveis independentemente da estrutura interna das proposições categóricas ou moleculares envolvidas, as quais são chamadas, por essa razão, proposições não analisadas. A negação dupla, depois de uma prévia advertência sobre como pode ser afetada em sistemas não bivalentes, é analisada como a regra segundo a qual uma proposição é equivalente à formada por sua dupla negação. Durante a explanação sobre a negação dupla, são formulados os princípios do terceiro excluído e de contradição. Outras regras de inferência, consideradas básicas, são apresentadas em seguida. E, encerrando o capítulo, várias regras relacionadas a *Modus ponens* e *Modus tollens* são analisadas.

No capítulo intitulado “Condições de Validade e Proposições Analisadas”, Broadie investiga o modo como foram tratadas as relações logicamente viáveis entre duas proposições categóricas formadas pelos mesmos termos categoremáticos. A

primeira classe de tais relações, a oposição, é exposta em detalhada análise das quatro relações de oposição exibidas no quadrado das oposições (contradição, contrariedade, subcontrariedade e subalternação). A segunda classe, a equipolência, fornece regras correspondentes aos quatro tipos de oposição, para, tomando uma proposição e adicionando-lhe o signo de negação em certa posição, torná-la equivalente à sua oposta. A terceira classe, a conversão, fornece regras para inferir uma conclusão de uma única premissa, trocando, na conclusão, a posição dos termos nos extremos sujeito e predicado da premissa. Das três conversões apreciadas: simples, acidental e contrapositiva, esta teve, já entre lógicos medievais, contestado seu status de conversão estrita.

No capítulo intitulado “Lógica Silogística Temporal”, dado o propósito de aprofundar o que, da lógica medieval, não foi absorvido pela chamada lógica tradicional, Broadie começa com uma breve exposição de silogística elementar, necessária à subsequente discussão sobre silogística temporal. É ressaltado que tal exposição é executada limitadamente à luz do que disseram os medievais. Assim, depois do estudo dos elementos de silogismo categórico e de algumas questões relativas, vem o estudo mais aprofundado da silogística temporal. Entre os medievais, a primeira investigação minuciosa de silogismos contendo proposições ampliadas para passado e futuro foi efetuada por Ockham, no âmbito da qual se concentra o autor. A quarta figura fica excluída, dada a ausência de acréscimos significativos a ela relacionados.

Bem ordenado, exposto em linguagem clara e sabendo atacar os pontos mais relevantes, o livro é sem dúvida material útil não só para estudiosos de lógica e filosofia medievais, mas é interessante também para estudiosos de lógica e filosofia em geral. Termos e conceitos discutidos pertencem a grande parte da tradição filosófica e podem ajudar a sanar dificuldades no estudo de filosofias que os utilizam. Quanto aos estudiosos de lógica, pode ser um estímulo à criatividade.